

1.

Introdução:

1.1.

Reivindicação de um lugar no palanque

Há dias um ilustre inglês me recordava que Churchill, a maior figura deste meio século, por volta de 1960 era aparentemente, um frustrado. Mas – acrescentei – desde os seis anos, ele sabia que não¹.

Carlos Lacerda

A citação acima se encontra na obra **Rosas e Pedras de meu caminho** de Carlos Lacerda, escrita em 1967, mas apenas publicada em 2001. No ano de sua redação tais narrativas foram publicadas na **Revista Manchete**, contudo seu autor ainda possuía esperanças de reeditá-la e publicá-la em fins da década de 70. Lacerda, todavia, falecera antes de realizar tal desejo, expresso em depoimentos que fizera ao Jornal da Tarde em 1977². Após sua morte, a família Lacerda doou, em 1979 à UnB, a vasta documentação legada por nosso autor. Tais documentos permaneceram esquecidos por quase vinte anos em caixas de papelão tal como foram entregues. Apenas em 1999, a Universidade de Brasília procurou patrocínio para organizá-los e o resultado de tal empreitada encontra-se na publicação de **Rosas e Pedras de meu Caminho**, título escolhido pelo próprio autor para a obra que não chegara a publicar. Mas antes de discorrermos sobre o livro de memórias em questão devemos fazer um pequeno “parênteses” e nos perguntar sobre o autor da obra: afinal, quem é Carlos Lacerda?

É uma visão compartilhada, tanto por críticos como por defensores, a intensa participação que possuiu na vida pública seja como jornalista, deputado ou governador

¹ LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p.33.

² LACERDA, Carlos. **Depoimentos**. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 79.

da Guanabara. De acordo com o historiador José Honório Rodrigues, “ninguém sozinho influenciou tanto no processo histórico brasileiro como Carlos Lacerda de 1945 a 1968.”³

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu em 30 de abril de 1914 na cidade do Rio de Janeiro. Ele iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o **Diário de Notícias**. Em 1935, participou do grupo articulador da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que apoiava a luta contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio no Brasil. A partir de 1938, Lacerda dedicou-se ao jornalismo e em 1946 criou a coluna no jornal **Correio da Manhã** intitulada **Na Tribuna da Imprensa**. Em 1947 Lacerda foi eleito vereador pelo Distrito Federal pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), partido o qual ajudara a fundar. Em 1949, após seu afastamento do **Correio da Manhã**, lançou um novo jornal com o nome de sua antiga coluna, **Tribuna da Imprensa**. Este jornal fora marcado por representar as propostas da UDN e por fazer oposição às forças políticas vinculadas a Getúlio Vargas.⁴

Em 1954 a situação política do governo getulista se agravou, devido ao atentado à Lacerda - alvejado na porta de sua casa, à Rua Toneleros, em Copacabana, - pois, por meio de uma investigação policial, foi comprovada a ligação de um guarda pessoal do presidente a este ataque ao jornalista. Após essa confirmação a cobrança pela renúncia de Vargas começou a crescer dentre os meios militares. Isolado politicamente e ciente da possibilidade de uma deposição, Vargas suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954. A oposição de Carlos Lacerda e demais udenistas além dos setores militares a eles vinculados, não impediu a candidatura do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, homologada pelo PSD, e sua vitória nas eleições presidenciais.

Lacerda tentara juntamente com Carlos Luz – responsável pelo governo brasileiro durante o afastamento do presidente Café Filho por motivos de saúde -, o brigadeiro Eduardo Gomes e o contra-almirante Amorim do Vale, deter a posse de Kubitschek. Contudo, tal empreitada não fora bem sucedida devido à posição de Lott e dos chefes militares, comprometidos com a legalidade desta sucessão presidencial. Após a posse de Juscelino e de seu vice-presidente, João Goulart, Lacerda refugiou-se

³ RODRIGUES, Honório José. Apud DULLES, John W F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.1.

⁴ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

na embaixada de Cuba e depois partiu com sua família para os EUA, aonde residiu até meados de 1956, ano em que se mudou para Lisboa. Sua estadia em Portugal foi curta, pois em novembro retornou ao Brasil e reassumiu a direção do jornal **Tribuna da Imprensa** além de retomar seu mandato de deputado federal.⁵

Em 1960 Lacerda tornou-se o primeiro governador do recém-criado estado da Guanabara, e iniciou de imediato uma extensa reforma administrativa. Já nos primeiros meses do governo de Jânio Quadros, cresceram as desavenças entre Lacerda e o presidente. Ele foi se distanciando cada vez mais dos setores liberais da UDN, os quais tendiam a apoiar o presidente, e desencadeou intensa campanha anticomunista em seu jornal **Tribuna da Imprensa**, campanha que se fortaleceu após a renúncia de Jânio Quadros e posse de João Goulart.⁶

Em 1964 Carlos Lacerda apoiou o movimento civil-militar, o qual depusera o presidente Goulart e instaurara um governo militar no país. Ele participou de uma reunião com Costa e Silva, na qual se decidiu a candidatura do general Castello Branco à presidência da República. No entanto, seu apoio ao governo de Castello, não durou muito tempo, pois, alijado das principais decisões políticas, Lacerda afastou-se progressivamente do governo militar que estava em voga. Após a suspensão das eleições diretas para a presidência da República a divergência de Lacerda com o governo federal extremou-se. Com a aniquilação das pretensões do governador da Guanabara em alcançar o cargo que tanto almejava suas críticas ao presidente radicalizaram-se.

Em 1966, juntamente com Juscelino Kubitschek, Lacerda organizou a Frente Ampla, a qual foi lançada com um manifesto dirigido ao povo brasileiro publicado na **Tribuna da Imprensa**. O objetivo da Frente consistia em mobilizar a população para a liberalização política do país. Em 1967, com a escolha de Costa e Silva para a substituição de Castello Branco, Lacerda também utilizara a Frente como uma maneira de convencer o próprio governo militar a gradualmente democratizar o Brasil, promessa feita pelo novo Presidente da República.

⁵ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

⁶ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

As narrativas memorialísticas, – **Rosas e Pedras de meu Caminho** - doze capítulos publicados na **Revista Manchete** entre 15 de abril e 1º de julho -, podem ser vistas, portanto, como uma tentativa de nova visibilidade no espaço público a fim de promover a Frente Ampla e, dessa forma, reinsserir-se no cenário político brasileiro, para as eleições presidenciais que acreditava ocorrer em 1971. Seus escritos memorialísticos procuravam dar sentido à sua vida política e reafirmar sua imagem cada vez mais abafada pelo poder ditatorial, desejoso em silenciar suas críticas e afastá-lo dos centros decisórios de poder, o que foi plenamente concretizado com sua cassação política um ano mais tarde. Pretendo analisar a maneira através da qual Lacerda tentara reposicionar-se politicamente a partir da rememoração de suas ações políticas em **Rosas e pedras em meu caminho**. Meu objetivo consiste em demonstrar que, por meio de suas memórias, nosso autor tentara retomar o espaço político que perdera ao se afastar do governo militar a partir de 1965.

Quanto à escolha das memórias deste ao invés de outro personagem brasileiro, poderia muito bem me apoiar na afirmação acima de José Honório Rodrigues e discorrer sobre a influência de Lacerda no âmbito político. No entanto, optei por uma abordagem mais subjetiva, pois a historiografia do século XX já nos ensinou a relativizar a importância concedida a grandes figuras e a valorizar o homem anônimo, aparentemente inexpressivo. Encontro a justificativa da relevância de meu trabalho e de minha escolha documental na citação de Guilherme Pereira das Neves:

Como observa Steve Weinberg, prêmio Nobel de física, “não estudamos as partículas elementares porque elas sejam intrinsecamente interessantes, como gente. Elas não são – se você tiver visto um elétron, terá visto todos” Frase que poderíamos reescrever da seguinte forma: ninguém que tiver conhecido um ser humano poderá dizer que conheceu todos os outros, porque cada um deles é intrinsecamente interessante. Para nossa felicidade, de historiadores como de biógrafos⁷.

Ao ingressar no Mestrado da PUC-Rio já possuía um grande interesse pelo estudo da relação entre memória e história e estava à procura de um personagem brasileiro cuja obra memorialística me instigasse a fazer um projeto de pesquisa neste campo teórico. Meu pai, um homem um tanto avesso à leitura - não se interessava por nada além de seus três jornais matinais, apesar de todos os meus esforços - aventurou-se

⁷ NEVES, Guilherme Pereira das. Elétrons não são intrinsecamente interessantes como gente. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho; Luiz Carlos Soares, Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira (Organizadores). *História e Biografias*. Anais Eletrônicos do X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. p.12.

a ler, para minha surpresa, os depoimentos de Carlos Lacerda. Seu entusiasmo era tamanho que resolveu comprar-me uma cópia e combinamos de discutir a obra após terminarmos de lê-la. Ao finalizar a leitura me ligou, muito satisfeito, para marcamos o encontro e para antecipar-me sua visão geral do livro: “adorei!”. Infelizmente nosso plano não se concretizou, pois meu pai faleceu no dia seguinte à ligação; sua prévia foi a única coisa que me restou daquele projeto tão inusitado.

Poderia elencar diversas razões para defender a utilização das memórias de Lacerda como fonte histórica, mas para mim, o mais relevante dentre os motivos consiste no descrito acima: sua capacidade de conquistar a atenção de meu pai, pois somente alguém intrinsecamente interessante poderia passar por tamanha prova.

1.2.

Indecidibilidade x Interminabilidade

Em sociedades onde florescem ideologias individualistas que tomam o sujeito como valor central de sua cultura, a noção de biografia possui importante papel, pois a trajetória de uma pessoa torna-se elemento constituidor, e não apenas elemento contido, da própria sociedade⁸. Devido à crescente valorização do indivíduo psicológico, a memória deste também se torna socialmente relevante, uma vez que demarca sua singularidade. “Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna”.⁹

A centralidade concedida ao homem nos tempos modernos foi considerada por Heidegger, uma decorrência da pretensa objetividade dos paradigmas do conhecimento. Objetivismo e subjetivismo encontravam-se enredados pela concessão do estatuto de verdade aos conhecimentos advindos do saber humano - ao invés da certeza revelada pela salvação -, saber este, proveniente da lógica cartesiana, na qual o homem moderno deveria afastar-se do mundo sensível para alcançar a certeza científica através da razão. - “A íntima solidariedade entre subjetividade e objetividade com que Heidegger bem caracteriza os tempos modernos supõe o destaque comum do sujeito e da representação objetiva do existente.”¹⁰

Luiz Costa Lima, ao fazer uma panorâmica concernente ao processo de constituição do sujeito moderno e a posterior recusa do mesmo, localiza na obra cartesiana de Descartes a composição de um “eu solar”, detentor dos indícios de sua própria fratura - mesmo que seu autor recusasse-se a concebê-los. Minha proposta não consiste em explicitar os pormenores desta panorâmica apenas assinalar que o

⁸ Contudo é importante ressaltar a existência de discontinuidades e diferenças em relação ao grau de valorização do indivíduo nas chamadas sociedades modernas ocidentais. Análises generalizantes tendem a apagar as especificidades de cada grupo particular, portanto, essa ressalva apresenta-se como medida cautelar contra possíveis associações simplistas.

⁹ VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. IN: **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Pg.100.

¹⁰ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Pg.83.

questionamento sobre a centralidade do sujeito e a objetividade de sua representação do mundo não é um assunto recente, pois já está presente nas obras de pensadores do século XIX, como Kant e Schopenhauer.

A radicalidade desta renúncia encontrará seu ápice nos pensadores desconstrucionistas contemporâneos, cuja alegação básica consiste na “morte do sujeito”. Ou seja, ao invés de apenas rejeitar a solaridade que lhe foi concedida e o caráter “cristalino” de suas representações, tomadas como espelho do existente, o desconstrucionismo defende o aniquilamento da idéia de sujeito e com isso a defesa da suspensão do sentido, a indecidibilidade das representações, uma vez que não remetem a nada exterior a elas mesmas.

Daí a tendência de a concentração na linguagem haver-se feito em um sentido decisivamente imanente, sem atenção ao sujeito, i.e., descartando-se quer a sua intencionalidade, quer a sua contextualidade, e sem atenção às suas múltiplas, variáveis e não objetivas representações.¹¹

Esta “lógica da destruição” não apenas invalida qualquer tentativa biográfica ou trabalho memorialístico como põe em xeque a própria noção de história como campo de conhecimento distinto ao âmbito ficcional. Como meu projeto consiste em um trabalho historiográfico sobre as memórias de Carlos Lacerda, acredito não haver dúvidas para o leitor que a bandeira da “morte do sujeito” não será por mim alçada. Ao invés de filiar-me à defesa da indecidibilidade do representacional, disponho-me a acolher a noção de interminabilidade proposta por Luiz Costa Lima.

Primeiramente, para fazer uma distinção clara entre as duas posições, ele afirma ser a leitura crítica um apanhe de sinais, os quais ao invés de recuperar o real, apenas o indicia¹². Dessa maneira distancia-se da pretensão de uma objetividade extrema que alega a transparência da linguagem e a possibilidade de encarar a representação como imitação da realidade. Ao enfatizar o processo através do qual a representação é constituída, processo esse que bebe do real, mas ao mesmo tempo altera o modo como o real historicamente aparece para autor e leitor, Costa Lima rompe com a idéia de um texto encerrado em si mesmo. A recepção da obra não é controlada pelo autor assim como sua intenção não pode ser extraída integralmente pelo leitor, uma vez que sua

¹¹ LIMA, Luiz Costa. **Mímeses**:Desafio ao Pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.p. 153

¹² Ibid.p.398.

interpretação crítica também pressupõe uma representação. A representação-efeito é, portanto o desdobramento da leitura e implica considerar as fraturas do sujeito leitor, além da sociedade na qual esse se insere, como elementos indissociáveis à sua constituição.

A indecidibilidade obriga o analista a uma posição defensiva – desconstruir as armadilhas do texto sem incorrer na tentação de ser seu mestre, de ser o portador do diagnóstico sobre a “doença do texto”. A indeterminabilidade sem permitir a figura do mestre – “eis a interpretação certa” – admite o sentido, é certo que sempre provisório, e não só sua desconstrução.¹³

O significado de uma representação não decorre apenas dos meios através dos quais fora construída, a entender meio como veículo de produção e intenção subjacente. Não podemos resumi-la, portanto, a mera expressão do que fora antecipadamente projetado. Ao repensar a mimesis como um processo de apresentação e representação ao invés de mera imitação do real – “um todo homólogo à organização do mundo”¹⁴ - Luiz Costa Lima nos ajuda a compreender que sua origem não está na busca de assemelhar-se a algo ou a uma forma de conduta, mas sim a uma pulsão que se pretende constituinte de uma identidade subjetiva. O idêntico não pode ser expresso pela linguagem, uma vez que a última não corresponde às coisas que nomeia. Ainda que a mola propulsora da mimesis¹⁵ seja esta busca de uma identidade subjetiva, a inserção do agente mimético no mundo contamina esse desejo “puro”, pois internaliza representações preexistentes que o coagem à adaptação de seu mímema.

Assim se explica por que o processo da mimesis enlaça apresentação e representação, que se cumprem em um sujeito que, por ser fraturado e multiplamente fendido, não comanda as representações que acolhe e tampouco os efeitos que nele se processam.¹⁶

Minha proposta consiste em analisar o livro memorialístico de Lacerda a partir das considerações supracitadas referentes à mimesis. Pretendo concebê-las como uma mimesis de representação, na qual o sujeito possuidor de uma intenção à composição de seu mímema, – que não se confunde com a pulsão originária, uma vez que, por estar inserido no mundo, as diversas representações nele contidas influenciam tal proposta – não transgredir o horizonte de expectativas de sua composição, no entanto, por meio deste não se é capaz de dominá-la.

¹³ Ibid.p 399.

¹⁴ LIMA, Luiz Costa. **Mímese**:Desafio ao Pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.p. 322

¹⁵ Ibid.p.323.

¹⁶ Ibid.p.324.

Ela (mimesis da representação) não se confunde com re-presentar uma cena do mundo, nem tampouco com o atualizar um “horizonte de expectativas”, como se daria em um teste projetivo. O horizonte antes funciona como o esquema kantiano, sendo pois o meio orientador da decodificação, cujo grau de acerto, embora não exista um acerto único ou ideal dependerá do receptor.¹⁷

No momento da elaboração da proposta em narrativa, vemos uma deformação que a autonomiza devido à distância entre significado e significante. Soma-se a isso o efeito nos leitores de sua obra, que fraturados e também inseridos no mundo, possuem diferentes recepções da mesma. Mas significado e significante não se encontram em pólos antagônicos sem nenhuma relação um com o outro, pois estaríamos adentrando o perigoso discurso desconstrucionista que concede uma abertura infundável à ordem do significante.

O meio se inscreve no próprio texto, é algo que, apresentando-se textualmente não se explica por meras propriedades da linguagem. A indagação da linguagem é insuficiente se não considera seu laço umbilical com a realidade.¹⁸

A longevidade do reconhecimento do sujeito como fraturado acompanha sua própria recusa e a tentativa de inúmeros pensadores em eliminar tal fragmentação através da asseveração do sujeito como central e unificado. No fim do século XIX e início do XX a preocupação com a análise do indivíduo foi substituída pela preocupação com a ação social, tornando-o secundário nas obras de cientistas sociais como Marx, Weber, Schutz dentre outros. Finalmente quando em meados do século XX a discussão retoma a concepção de um sujeito fraturado a radicalização desconstrutivista defende sua eliminação sem considerar as múltiplas representações não objetivas que este poderia proporcionar.

Além disso, muitas análises que reconhecem a presença de um sujeito fragmentado derivam suas representações e fraturas unicamente por uma estrutura social externa que acaba por silenciar sua subjetividade, tudo aquilo que não pode ser socialmente determinado. O estudo concernente às representações do sujeito no âmbito biográfico, não como meros produtos manipulados por uma intencionalidade do autor ou como puras determinações do meio no qual fora produzido, ainda são escassos e, portanto, pretendo de maneira ainda singela por meio deste dar a minha contribuição.

¹⁷ Ibid.p. 322.

¹⁸ Ibid.p.399.

Desde que a individualidade deixou de ser estabelecida por uma fronteira externa (a família, o clã, a comunidade, a nação) não temos uma educação que nos prepare para o paradoxal e contraditório que somos. Carecemos dessa educação e a tememos. Daí a facilidade das experiências traumáticas e o cinismo ser a disposição psíquica mais adequada contra a multiplicação das culpas.¹⁹

¹⁹ LIMA, Luiz Costa. **História, Literatura Ficção**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.p.139.

1.3.

Evocação como raiz da representação mimética.

Como já fomos alertados para a interminabilidade da representação, não devemos ingenuamente crer que a rememoração individual – presente em depoimentos, memórias e autobiografias - não possua o caráter de constructo, inerente a qualquer narrativa. Lacerda, por exemplo, começa seus escritos por sua formação política, o que parece um tanto plausível, uma vez que é consagrado por sua atuação política no Brasil.

Fui criado num meio político. Ouvi falar de política em casa desde que me entendo por gente. Meu pai foi político a vida inteira, sempre de oposição e meu avô nessa época era um político em recesso, era ministro do Supremo, mas nem assim deixava de acompanhar pelo menos a política municipal de Vassouras²⁰.

Mas se nosso autor não fosse em 67, ano que escreveu suas narrativas, um homem reconhecido por suas ações como deputado e depois governador da Guanabara (1960-65) ou até mesmo por sua reputação como um jornalista interessado nas polêmicas políticas do país, será que sua recordação de formação seria a mesma?

Seu avô, Sebastião Lacerda fora deputado federal, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1896 e ministro do Supremo Tribunal Federal em 1912 e seu pai, Maurício de Lacerda, foi vereador e deputado federal pela cidade do Rio de Janeiro. De fato ele estava rodeado de políticos em sua família. Mas isso não significa que sua trajetória estivesse definida, ou seja, da mesma maneira como optou pela política, poderia ter escolhido uma carreira inteiramente diversa. A busca no passado por uma validação da imagem que Lacerda almejava construir no presente o fez selecionar momentos que coincidiam com tal persona, a de um homem possuidor de uma vocação política “inata”.

O processo de rememoração não apenas intervém na ordenação dos vestígios mnemônicos, como também faz uma releitura deles. Quando narramos um fato passado inscrevemos essa experiência em uma temporalidade que não é a do ocorrido, pois a experiência de narrar está atrelada ao tempo presente. “A rememoração é ativa, ela não é o surgimento involuntário do passado no presente; ao buscar um momento do passado

²⁰ LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 27.

ela tende a transformá-lo.”²¹ Evocar, portanto, não é apenas receber uma imagem do passado; implica uma ação, uma “memória exercitada”.

De acordo com Aristóteles a evocação consiste em uma procura e por isso, difere-se do lembrar:

O ato de evocar difere do de lembrar, não só com respeito ao tempo, mas também em que também muitos outros animais tem memória, mas, de todos com que estamos familiarizados, nenhum, arriscamo-nos a dizer, exceto o homem, partilha da faculdade de evocação. A causa disso está em que a evocação é, por assim dizer uma espécie de inferência.²²

A memória retém uma cena do passado, ao passo que a evocação tenta recuperar este fragmento armazenado. Para “resgatar” o esquecido ou o que permanece adormecido, porém retido na memória, torna-se necessário estabelecer uma associação de idéias, ou seja, é preciso haver um “ponto de partida”.²³

Uma pintura pintada sobre um suporte é, a um só tempo, uma figura (phantasma) e uma semelhança (eikon): ou seja, enquanto a mesma coisa é tanto isso como aquilo, embora ser isso e aquilo não seja o mesmo, e se possa contemplá-la tanto como uma figura, quanto como uma semelhança. Do mesmo modo havemos de conceber a imagem dentro de nós em si mesma ou como relativa a algo mais. Enquanto encerrada em si mesma, é apenas uma figura ou uma imagem; mas quando considerada como relativa a algo mais, isto é, como sua semelhança, é também uma lembrança.²⁴

Memória e evocação correlacionam-se com a dupla possibilidade de conceber uma figura pintada: como puro objeto contemplativo ou como semelhante a algo mais. “A memória corresponde à imagem que em nós se conserva; o trabalho da evocação realiza-se a partir da semelhança que o agente seja capaz de estabelecer”.²⁵

Luiz Costa Lima, ao repensar a questão da memória, pela releitura de **De memória (450b 20ss)** traduzido acima, defende que o par “lembrança-evocação” relaciona-se com a *phantasia* através de uma orientação que, ao invés de olhar para o passado tem os olhos voltados a uma ação futura. Mas devemos ressaltar que Aristóteles

²¹ HARTOG, François. **Regimes d’historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 1997. p.143.

²² ARISTOTELES apud LIMA, Luiz Costa. **O Controle do Imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p. 133.

²³ Ibid. p.135

²⁴ ARISTOTELES apud LIMA, Luiz Costa. Op.cit.p.132.

²⁵ Ibid. p. 137.

não reconhecia o par desta forma, pois não cogitava uma imaginação criadora – “a mimesis aristotélica retrabalha o que o cosmo já contém”²⁶.

Ao submeter a evocação à uma “*torção temporal*” que desloca o horizonte preso ao passado, próprio da cosmogonia grega, Costa Lima não só liberta a evocação para imaginar uma cena diferente da que lhe foi oferecida pela memória, como também ultrapassa as fronteiras impostas à mimesis por Aristóteles.

A evocação converte-se, por conseguinte, em semente da mimesis quando deixa de procurar restaurar o passado, senão que dele se desvia e tematiza o que, a partir do resto guardado, na memória coletiva ou privada, é passível de ser desdobrado com aquele resto.²⁷

A evocação, portanto, é uma representação (um ver interpretativo) e não imagem de uma ação passada. No entanto, apesar da impossibilidade de espelhar a realidade, muitas vezes se apresenta como tal. Não aspiramos desqualificar o papel do testemunho, apenas questionar sua reputação de observador isento. A confiança no testemunho reside em sua imutabilidade no decorrer do tempo; uma irrealizável promessa de manter-se o mesmo – um sujeito homogêneo, que de maneira inconsciente ou não oculta suas fraturas - independente das experiências do porvir.

A testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo. (...) O testemunho vem assim unir-se à promessa em meio aos atos de discurso que especificam a ipseidade em sua diferença da simples mesmidade, aquela do caráter, ou melhor, da fórmula genética, imutável da concepção à morte do indivíduo, alicerce biológico de sua identidade.²⁸

A crítica de Pierre Bourdieu²⁹ ao processo homogeneizante presente na narrativa de vida é um importante complemento para essa questão. De acordo com o autor, um dos perigos da biografia consiste em compreendê-la como um todo coerente, uma expressão da intenção, do projeto identitário intrínseco à sua produção. O relato biográfico ou autobiográfico tem a pretensão de organizar-se em uma seqüência ordenada, como se o biografado possuísse um sentido de vida, o qual daria significado aos acontecimentos que a preenchem.

²⁶ Ibid. 138.

²⁷ Ibid.140

²⁸ RICOEUR. **A memória. A história. O esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 174.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica.* In: **Usos e abusos da História Oral.** Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 183-192.

A noção de vida como uma história, um caminho linear possuidor de começo, meio e fim pressupõe uma finalidade para essa “trajetória”, um sentido que a torne coerente e orientada. Na obra de Lacerda, denominada **Rosas e Pedras de meu caminho**, podemos notar essa preocupação em construir uma lógica entre os estados narrados, na tentativa de produzir esse sentido. Até mesmo o título evidencia a noção de trajeto; “pedras de meu caminho” correspondem aos percalços que teve de superar para continuar seu curso. Em uma passagem sobre sua infância Lacerda cita uma carta que escrevera a sua mãe aos nove anos de idade:

“Já escolhi minha profissão. Hei de ser engenheiro agrônomo. Não me meterei na política. Já fiz esse juramento. Não defenderei, mas também não atacarei. Sei que isto te desgosta por que foi com essa maldita política que meu pai se perdeu.” Não era mentira nem verdade. Começava ali essa atração-repulsão, a sedução-recusa que um dia, em 1944, creio, de volta de uma conversa, com Virgílio Melo Franco, me faria anotar o que Dona Carolina Nabuco registra na sua bela biografia de Virgílio. ‘Minha única e modesta vocação neste mundo é a de falar quando todo mundo se cala’³⁰.

A idéia de começo presente em seu texto elucidada o projeto implícito aos acontecimentos narrados: Lacerda acredita ter uma vocação e toda sua “história” – que já vimos consistir em uma construção do próprio para dar sentido, orientação a fatos – consiste na conexão dos acontecimentos selecionados dando-lhes o significado pretendido.

Devemos nesse momento fazer uma ressalva: apesar do mérito da crítica de Pierre Bourdieu à concepção de vida como um caminho possuidor de uma finalidade, sua defesa à constituição do sujeito fraturado como mera determinação do *habitus*, não condiz com a noção de interminabilidade que defendemos aqui. Mesmo como parte integrante da constituição da representação, a sociedade na qual está inserido não o determina. As fraturas do sujeito não são meras conseqüências da fragmentação múltipla do mundo, resultado da sociedade industrial e, posteriormente, eletrônica. A alteridade e pluralidade do sujeito, assim como suas representações, não se resumem a determinações exteriores³¹.

³⁰ LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p.33.

³¹ LIMA, Luis Costa. **Historia Ficção Literatura**. Op.cit. p.139.

Mesmo discordando da tese de Bourdieu quanto a “uma individualidade socialmente constituída”³² concordo com o autor ao observar um maior grau de coação e autocensura entre pessoas célebres, como políticos, ao rememorar suas vidas. Seja em um depoimento ou em uma obra memorialística, tendem a ter mais cuidado e precisão em sua orientação para apresentar uma imagem de si coesa. O estatuto de produção intencional de um determinado tipo de fonte historiográfica - como seus textos memorialísticos publicados na revista **Manchete** - apenas ressalta a noção de projeto e de construção inerente a qualquer narrativa. A apresentação pública desse discurso oficializa a representação da vida do indivíduo em questão e, portanto, pretendo demonstrar que tal rememoração constitui-se de maneira análoga a construção narrativa analisada por Bourdieu, repleta de autocensuras e cuja orientação reside em uma intenção, consciente e/ou não, de forjar uma trajetória coerente com seus propósitos e com a auto-imagem que possui no presente.

A representação nunca será a exposição da pulsão “pura” de buscar uma identidade subjetiva, pois, como explicitado anteriormente, a linguagem não é um espelho da intenção. Além disso, o agente da mimesis, por estar no mundo, contamina-se com as demais representações que nele constituem-se, e, portanto, esse desejo originário acaba por adaptar-se aos diferentes campos de significação. O projeto identitário é um resultado desse desejo já maculado pela internalização de representações preexistentes – a memória, por exemplo - que ajudam a construir esse horizonte de expectativas para a produção mimética.

Em **Rosas e Pedras de meu caminho** nosso autor discorre com grande desenvoltura e prolixidade sobre sua infância e a presença de uma trajetória linear, que encontra nesses momentos selecionados uma explicação para a sua “vocaçãõ natural” para a política está constantemente presente. Quando questionado sobre a facilidade de mudar de opinião e elogiar pessoas que outrora o combatiam Lacerda também não esmorece na busca de uma coerência para sua retrospectiva:

O que peço a Deus é que me conserve exatamente essa capacidade de parecer incoerente, quer dizer, de elogiar o sujeito quando o sujeito me parece que está fazendo

³² BOURDIEU, Pierre. Op.cit. p. 187.

a coisa certa e, amanhã, espinafrá-lo quando me parece que ele está fazendo a coisa errada. (...) Incoerente seria eu se continuasse a elogiá-lo³³.

Independente das posições divergentes que assumiu durante sua vida política, Lacerda tenta demonstrar que sempre agiu de acordo com um princípio, “essa voz interior, que muitas vezes vi chamar de “voz da consciência”. No momento não sei como preferem chamá-la. Talvez, afirmação de personalidade”³⁴.

Paul de Man nos alerta que essa consciência de si é uma forma de representação, um indício da construção figural presente em qualquer autobiografia ou livro de memórias, pois apresenta um eu ausente, textual, que se pretende unificado no tempo. O narrador constrói um personagem, cobre seu rosto com uma máscara que pode desempenhar qualquer papel desejado. Não há sinceridade, apenas um estado de sinceridade; não há verdade apenas uma *persona* a elaborar a sua versão da verdade. Derrida também apresenta reflexões sobre autobiografias e memórias, que dialogam com as interpretações de De Man; defende que a única coisa que sustenta a construção identitária presente no relato do sujeito consiste em sua assinatura³⁵.

Ainda que não defenda a tese desconstrucionista da total ausência do sujeito na representação, que por isso encerra-se em si mesma, essas críticas de Derrida e De Man são importantes para analisar o livro de memórias de Lacerda. Ela nos afasta da utópica pretensão de, após desconstruir a personalidade que nosso autor desejara afirmar, almejar expor o que ele “realmente foi”. Vamos nos limitar ao âmbito do possível: tentar entender, através dos indícios presentes em sua narrativa, o projeto identitário que Carlos Lacerda tentara erigir e de que modo. O cerne da proposta encontra-se, portanto, na análise da mobilização da memória a serviço da busca e reivindicação de uma identidade, pois a consistência do projeto depende desta memória, fornecedora dos indícios do passado, selecionados por um encadeamento lógico que configura as circunstâncias do presente. São essas circunstâncias que envolvem os valores e preconceitos do indivíduo; projeto e memória associam-se para dar significado a suas ações.

³³ LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 57.

³⁴ Ibid. p.56.

³⁵ Cf. SARLO, Beatriz. *Crítica do testemunho: sujeito e experiência*. In: **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 30-33.

De acordo com Shutz, o projeto é o resultado de uma indagação consciente de seu propositos e de sua relação com o campo de possibilidades, no qual está inserido. Ou seja, a identidade que se deseja edificar depende dessa complexa e permanente interação entre o projeto, o sujeito e sua sociedade.³⁶ Mesmo que o projeto pertença ao mundo da intersubjetividade, a possibilidade de concebê-lo explica-se por seu papel de meio de comunicação e objeto de negociação com a realidade, ao se expressar em conceitos, palavras e categorias.

Devemos ressaltar mais uma vez que a utilização do conceito de projeto de Schutz - orientação consciente do sujeito à suas ações futuras - não descarta a noção de interminabilidade que defendemos desde início. A intenção do autor ante a produção de uma representação de si não encerra seu significado, muito menos ratifica a idéia de Lacerda como mestre absoluto de sua representação. A tentativa de encontrar os indícios que nos aproximam de um possível projeto de Lacerda não apaga o caráter representacional de minha interpretação crítica, muito menos almeja alcançar objetivamente as reais intenções do autor.

No capítulo denominado **Rememoração cambiante, projetos viáveis** pretendo fazer uma análise contextual de 1967, ano de elaboração da obra que me propus analisar. Minha intenção é demonstrar que as evocações do passado adaptam-se ao projeto político em voga. A memória ajusta-se à viabilidade de ação que o autor possui no momento em que a evoca. Entretanto, Lacerda mantém certa coerência em suas evocações do passado e tais recorrências argumentativas serão analisadas logo a seguir. Em **A memória de geração. Do valor familiar à herança política carioca** analisarei a evocação de uma memória de geração. A palavra possui certa ambigüidade que nos será de grande valia, pois ambos os sentidos serão aqui discutidos e analisados. A apropriação de uma memória familiar e de uma memória tida como comum entre seus contemporâneos contribui para a compreensão desta coerência argumentativa que Lacerda conseguiu manter em suas evocações, a despeito de todas as mudanças políticas e inconstâncias em sua própria posição ante essas transformações. Posteriormente, no capítulo denominado **A representação de si pela rejeição do outro** também analisaremos um argumento recorrente na narrativa do autor: os conceitos

³⁶ VELHO, Gilberto. *Memória, Identidade e Projeto*. In: **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

opostos assimétricos democracia x ditadura, uma estrutura narrativa diversas vezes utilizada por Lacerda em suas evocações.

Mesmo a defender que contextualidade e intencionalidade não resumem a representação mimética, elas nos ajudam a compor os projetos de Lacerda, ou seja, o planejamento de suas ações políticas para o futuro próximo. Para realizá-los, evocação afasta-se da pretensão de uma constituição fidedigna em busca de uma coerência narrativa, persuasiva o bastante para alcançar o título identidade.